

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**  
Aos Administradores e Acionistas Albioma Espanlada Energia S.A.  
**Opinião**  
Examinamos as demonstrações financeiras da Albioma Espanlada Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as informações elucidativas. Nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Albioma Espanlada Energia S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.  
**Base para opinião**  
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Creditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.  
**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**  
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinar como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.  
Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**  
Nosso objetivo é obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar a decisão de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.  
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:  
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião.  
O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.  
• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos

de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.  
• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.  
• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nosso relatório se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.  
• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.  
Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.  
São Paulo, 30 de abril de 2023

PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes Ltda.  
Adriano Formosinho Correia  
Contador CRC 18A029904/O-5  
CRC 2SP00160/O-5

<b>Balanço patrimonial Em 31 de dezembro</b>			
<b>(Valores expressos em milhares de reais)</b>			
Ativo	Notas	2022	2021
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	6.380	28.974
Contas a receber	5	13.188	6.861
Partes a receber partes relacionadas	11	334	5.457
Estoques	6	2.111	2.363
Adiantamentos e despesas antecipadas	7	1.679	413
Tributos a recuperar	2	-	84
		<b>23.694</b>	<b>44.152</b>
<b>Não circulante</b>			
Adiantamentos e despesas antecipadas	7	2.732	-
Depósitos judiciais	8	827	466
Inobilizado	9	63.625	64.975
Intangível	9	51	57
Direito de uso	9	4.554	23
		<b>71.789</b>	<b>65.521</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>95.483</b>	<b>109.673</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>			
Empréstimos	12	9.177	9.237
Fornecedores	10	2.368	539
Partes relacionadas	11	404	312
Obrigações trabalhistas	13	727	790
Dividendos a pagar	14	5.538	11.852
Impostos e contribuições a recolher	14	758	919
Imposto de renda e contribuição social	14	562	787
Adiantamentos de clientes	15	1	8
Passivos de arrendamento	16	1.126	30
		<b>20.661</b>	<b>24.474</b>
<b>Não circulante</b>			
Empréstimos	12	26.158	35.069
Partes relacionadas	11	55	47
Adiantamentos de clientes	15	4.747	4.059
Passivos de arrendamento		3.567	-
		<b>34.527</b>	<b>39.175</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>			
Capital social	17	20.247	20.247
Reserva legal		3.259	2.676
Reserva de lucros		16.789	23.102
		<b>40.295</b>	<b>46.025</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>95.483</b>	<b>109.673</b>

<b>Demonstrações dos resultados Para os exercícios findos em 31 de dezembro</b>			
<b>(Valores expressos em milhares de reais)</b>			
	Notas	2022	2021
Receita líquida	18	50.724	56.999
(-) Custo dos serviços prestados	19	(32.529)	(28.301)
<b>(=) Lucro bruto</b>		<b>18.195</b>	<b>28.698</b>
<b>(+/-) Despesas/Receitas operacionais</b>			
Despesas operacionais	20	(347)	(312)
Despesas gerais e administrativas	21	(3.043)	(2.622)
Outras receitas, líquidas	22	3.004	5.330
<b>(=) Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>		<b>17.809</b>	<b>31.094</b>
Despesas financeiras	23	(5.008)	(4.835)
Receitas financeiras	23	1.508	1.006
<b>(=) Resultado financeiro líquido</b>		<b>(3.500)</b>	<b>(8.529)</b>
<b>(=) Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>14.309</b>	<b>27.265</b>
<b>(-) Provisão para imposto de renda e da contribuição social</b>			
Imposto de renda e contribuição social	24	(2.650)	(2.315)
<b>(=) Lucro líquido do exercício</b>		<b>11.659</b>	<b>24.950</b>
Quantidade de ações do Capital Social		20.247	20.247
Lucro por ação – em reais		0,58	1,23

<b>Demonstrações dos fluxos de caixa Para os exercícios findos em 31 de dezembro</b>			
<b>(Valores expressos em milhares de reais)</b>			
	2022	2021	
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>14.309</b>	<b>27.265</b>	
<b>Itens que não afetam o caixa operacional</b>			
Depreciação e amortização	6.516	6.723	
Baixa imobilizado	748	217	
Encargos de empréstimos e financiamentos	4.789	4.902	
Encargos sobre arrendamentos	169	2	
	<b>26.531</b>	<b>39.109</b>	
<b>Varição nos ativos e passivos operacionais:</b>			
Contas a receber	(6.327)	3.544	
Tributos a recuperar	82	(13)	
Estoques	252	(1.609)	
Depósito judicial	(361)	(466)	
Outros ativos	(3.998)	1.109	
Partes relacionadas	5.223	(4.581)	
Fornecedores	1.829	(190)	
Obrigações trabalhistas	(63)	(30)	
Adiantamentos de clientes	681	4.031	
Impostos e contribuições a recolher	(161)	(113)	
Impostos sobre o lucro	(465)	(558)	
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>23.223</b>	<b>40.233</b>	
Juros pagos no período	(4.849)	(4.544)	
Impostos sobre o lucro pagos	(2.410)	(1.970)	
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>	<b>15.964</b>	<b>33.719</b>	

	2022	2021
Empréstimos	44,30	20,293
Passivo de arrendamento	30	30
Não é esperado que ocorram diferenças significativas de fluxos de caixa, tanto em relação a prazos quanto em relação a montantes.		
<b>(c) Risco do fluxo de caixa associado com taxa de juros</b>		
O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. As operações da Companhia estão expostas a taxas de juros indexadas ao CDI, TJLP e IPCA, cujas eventuais flutuações são monitoradas pela Administração.		
<b>(d) Risco de mercado</b>		
Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, tem nos resultados da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.		
<b>(e) Perfil</b>		
Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros a custo amortizado remunerados por juros da Companhia eram:		

	2022	2021
<b>Ativos financeiros</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	6.380	28.974
Partes a receber	13.188	6.861
Passivos financeiros	334	5.457
Empréstimos	35.335	44.306
Passivos de arrendamento	4.693	30
<b>3.2 Gestão de capital</b>		
A gestão de capital da Companhia é feita para equilibrar as fontes de recursos próprios e terceiros, balanceando o retorno para os acionistas e o risco para acionistas e credores.		

	2022	2021
Total do passivo Financeiro	40.295	44.335
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(6.380)	(28.974)
=) Dívida líquida	33.649	15.361
Total do patrimônio líquido	40.295	46.025
Passivo de arrendamento	4.693	30
Total dos Empréstimos	35.335	44.306
<b>Capital dos acionistas e terceiros</b>	<b>80.323</b>	<b>90.361</b>
<b>Avaliavagem</b>	<b>42%</b>	<b>17%</b>

<b>Demonstrações dos resultados abrangentes Para os exercícios findos em 31 de dezembro</b>			
<b>(Valores expressos em milhares de reais)</b>			
	2022	2021	
Lucro líquido do exercício	11.659	24.950	
Outros componentes do resultado abrangente do exercício, líquidos dos efeitos tributários	-	-	
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>11.659</b>	<b>24.950</b>	

<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021</b>						
<b>(Em milhares de Reais)</b>						
	Capital Subscrito	Reserva legal	Lucros a realizar	Reserva de Lucros (a)	Resultado do exercício	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>20.247</b>	<b>1.429</b>	<b>6.146</b>	<b>17.104</b>	<b>-</b>	<b>44.926</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	24.951	24.951
Dividendos	-	(6.146)	(5.854)	(11.852)	(23.852)	-
Constituição de Reserva Legal	-	1.247	-	-	(1.247)	-
Transferência entre reservas	-	-	-	11.852	(11.852)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>20.247</b>	<b>2.676</b>	<b>-</b>	<b>23.102</b>	<b>-</b>	<b>46.025</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	11.659	11.659
Dividendos	-	-	(11.851)	(5.538)	(17.389)	-
Reserva Legal	-	583	-	-	(693)	-
Transferência entre reservas	-	-	-	5.538	(5.538)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>20.247</b>	<b>3.259</b>	<b>-</b>	<b>16.789</b>	<b>-</b>	<b>40.295</b>

**Notas explicativas às demonstrações financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais)**

**Seção A – Informações gerais**

**1. Contexto operacional**

A Albioma Espanlada Energia S.A. (a "Companhia"), constituída em 1º de fevereiro de 2018, é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no município de Goiânia, no estado Goiás e tem como atividade preponderante a produção e comercialização de energia elétrica à base de biomassa de cana de açúcar. A controladora da Companhia, denominada Albioma Participações do Brasil Ltda, está localizada na rua Gomes de Carvalho, nº 1.069, 13º andar, conjuntos 131 e 132, Condomínio Edifício Advanced Tower, Jardim Paulista, sediada na Cidade e no Estado do São Paulo.

Albioma Participações do Brasil Ltda, é controlada pela Albioma S.A., com sede em Tour Opus 12, 77 Espanlada du Général de Gaulle, 92081, La Défense, na cidade de Puteaux, França

A Companhia exportou na rede 114,6 GWh em 2022 (150,2 GWh em 2021). O volume de energia vendido em 2022 foi de 156,3 GWh (174,8 GWh em 2021). Por mais para atender os compromissos de venda de energia a Companhia comprou energia no mercado por um volume de 41,7 GWh (24,8 GWh em 2021). A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela administração em 28 de abril de 2023.

**2. Apresentação das demonstrações financeiras**

**2.1. Declaração de conformidade**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

**2.2. Base de elaboração**

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

A preparação das demonstrações financeiras, requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas.

**2.3. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações**

As seguintes alterações de normas ocorreram a partir de 1 de janeiro de 2022:

- Alteração ao IAS 16/CPC 27 "Ativo Imobilizado": a alteração proíbe uma entidade de deduzir o custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos devem ser reconhecidos no resultado do exercício.
- Alteração ao IAS 37/CPC 25 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes": esclarece que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele.
- Alteração ao IFRS 3/CPC 15 "Combinação de Negócios": substitui as referências da versão antiga da estrutura conceitual pela mais recente emitida em 2018.
- Aprimoramentos anuais – ciclo 2018-2020
- IFRS 9/CPC 48 "Instrumentos Financeiros" – esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para análise de baixa de passivos financeiros.
- IFRS 16/CPC 08 "Arrendamentos" – alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos de arrendamentos relacionados a melhoria do imóvel arrendado.
- IFRS 1/CPC 37 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" – simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais.
- IAS 41/CPC 29 "Ativos Biológicos" – remoção da exigência de excluir das estimativas de fluxos de caixa os tributos (IR/CS) ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no IAS 41 com as outras normas IFRS.

As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais na Companhia.

**2.4. Normas novas que ainda não estão em vigor**

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2022. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

- Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis"**: de acordo com o IAS 1, para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em maio de 2020, com o objetivo de esclarecer que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo de qual versão existiam no final do período. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data do relatório (por exemplo, o recebimento de um waiver ou quitação de covenante). As alterações também esclarecem o que se refere "liquidação" de um passivo à luz do IAS 1. As alterações do IAS 1 tem vigência a partir de 1 de janeiro de 2023. Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sobre covenants somente após a data do balanço não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants em que a entidade é obrigada a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração ocorra após aquela data. A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitem aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. Desta forma ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1 de janeiro de 2024.
- Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis**: em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações materiais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1 de janeiro de 2023.
- Alteração ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro**: a alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1 de janeiro de 2023.
- Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro**: a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de desconexamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1 de janeiro de 2023.

A administração está analisando os impactos das normas que ainda não estão em vigor, não há plano de antecipação de aplicação destas normas, de todo modo não há expectativa de impacto relevante nas demonstrações financeiras.

com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre se tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia utiliza de sistemas de informação e ferramentas de gestão que propiciam a condição de monitoramento de exigências de fluxo de caixa e da otimização de seu retorno de caixa em investimentos. A Companhia tem como política operar com alta liquidez para garantir o cumprimento de obrigações operacionais e financeiras pelo menos por um ciclo operacional; isto inclui o impacto potencial de circunstâncias externas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais e movimentos cíclicos do mercado de commodities.

As aplicações financeiras da Companhia são realizadas em Certificados de Depósito Bancário - CDB, que apresentam liquidez imediata.

O valor dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado:

	2022	2021
Empréstimos	35.335	44.306
Passivos de arrendamento	4.693	30
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>	<b>40.028</b>	<b>44.336</b>
<b>Vencíveis em 1 ano</b>	<b>10.303</b>	<b>9.267</b>
<b>Vencíveis acima de 1 ano</b>	<b>29.725</b>	<b>35.069</b>

<b>31 de dezembro de 2022</b>						
Valor	até 12 meses	entre 1 e 12 meses	entre 2 e 5 anos	entre 5 e 10 anos	acima de 10 anos	
Total	12 meses	2 anos	5 anos	5 anos		
Empréstimos	35.335	9.177	17.320	8.130	708	
Passivo de arrendamento	4.693	1.126	1.962	1.605	-	
<b>31 de dezembro de 2021</b>	<b>Valor</b>	<b>até 12 meses</b>	<b>entre 1 e 2 anos</b>	<b>entre 2 e 5 anos</b>	<b>acima de 5 anos</b>	
Total						

	Máquinas, equipamentos	Móveis e Utensílios de comunicação	Computadores e Periféricos	Ferramentas	Edificações	Instalações Industriais	Benefetórias em imóveis de terceiros	Imobilizado em andamento	Terrenos	Intangível	Direito de uso	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>53.821</b>	<b>59</b>	<b>114</b>	<b>17</b>	<b>-</b>	<b>10.686</b>	<b>2.031</b>					

renda e para a contribuição social sobre o lucro líquido. Deste saldo 5% (cinco por cento) será destinado para a constituição de reserva legal, até que esta atinja o valor correspondente a 20% (vinte por cento) do capital social; a constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo desta reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% (trinta por cento) do capital social.

**b) Dividendos**  
O Estatuto Social prevê que, do resultado do exercício 50% (cinquenta por cento), será revertido a título de dividendo obrigatório devido aos titulares de ações ordinárias, deduzidos dos eventuais dividendos intermediários que tenham sido declarados no curso do exercício e o valor líquido dos juros sobre o capital próprio.

Para 2021, a Companhia encerrou o exercício com um resultado positivo não realizado de R\$ 24.950, dos quais tiveram a seguinte destinação:

<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>24.950</b>	
Reserva Legal - 5%	1.247	
Dividendos obrigatórios 50%	11.852	
<b>Reserva de lucros</b>	<b>11.852</b>	
Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia encerrou o exercício com um resultado positivo não realizado de R\$ 11.659, dos quais tiveram a seguinte destinação:		
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>11.659</b>	
Reserva Legal - 5%	583	
Dividendos obrigatórios 50%	5.538	
<b>Reserva de lucros</b>	<b>5.538</b>	
O valor destinado a dividendos obrigatórios encontram-se registrados no passivo circulante, sujeito a aprovação da Administração.		

**18 Receita líquida**  
A receita operacional da Companhia é composta pela receita de venda, principalmente de energia elétrica, conforme abertura abaixo:

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Ambiente de contratação regulada - ACR	43.152	39.207
Ambiente de contratação livre - ACL	-	11.420
PROINFA	7.889	2.596
CCEE	1.660	6.129
<b>Faturamento de energia elétrica - terceiros</b>	<b>52.701</b>	<b>59.352</b>
Desconto	-	-
<b>Faturamento líquido de desconto</b>	<b>52.701</b>	<b>59.352</b>
Impostos e contribuições sobre o faturamento	(1.977)	(2.571)
	<b>50.724</b>	<b>56.782</b>

**19 Custo dos serviços prestados**

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Insumos para produção (a)	(2.233)	(2.377)
Movimentação de Biomassa (b)	(2.461)	(1.392)
Energia elétrica (c)	(4.217)	(5.619)
Serviços de terceiros (d)	(5.016)	(4.093)
Aluguéis de máquinas e equipamentos	(1.272)	(268)
Insumos para manutenção e reparos (d)	(3.273)	(2.548)
Gastos com pessoal	(4.723)	(3.983)
Tarifa de uso do sistema de distribuição	(1.281)	(580)
Depreciação	(6.080)	(6.672)
Ajustes de inventário	(147)	(299)
Outros custos	(626)	(470)
	<b>(32.529)</b>	<b>(28.301)</b>

(I) Para atender aos compromissos firmados através de contratos, foi necessária a aquisição de bagagem no mercado para a produção.  
(II) Aumento no preço do diesel S-10 e S-500 utilizados nas pás carregadeiras.  
(III) Para atender os compromissos de venda de energia, a Companhia comprou energia no mercado por um volume de 41,7 GWh (24,6 GWh em 2021). O restante da energia comprada se refere ao consumo próprio da Companhia.  
(IV) Serviços e materiais referentes a manutenções preventivas e corretivas, sendo principalmente contratados no período de entressafra, ao início de cada ano.

**20 Despesas comerciais**

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Gestão e representação comercial	(79)	(72)
Outras despesas	(46)	(23)
	<b>(125)</b>	<b>(95)</b>

**21 Despesas gerais e administrativas**

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Despesas de ocupação	(105)	(75)
Utilidades	(125)	(313)
Serviços (a)	(1.381)	(1.519)
Despesas com viagem e estadia	(41)	(74)
Despesas com veículos	(94)	(27)
Depreciações	-	(50)
Despesas com seguros	(648)	(494)
Despesas Tributárias	-	(462)
Outras despesas	(11)	(30)
	<b>(2.375)</b>	<b>(2.622)</b>

(a) Conforme NE 12, contrato de prestação de serviço e assessoria técnica e financeira com controladora

**22 Outras receitas, líquidas**

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Venda de sucatas	55	120
indenização safra (a)	1.482	5.506
Indenização seguros (b)	1.369	(332)
Outras receitas	98	36
	<b>3.004</b>	<b>5.330</b>

(a) Valor se refere à provisão da safra de 2022 e complemento de 2021 (Nota 11).  
(b) Referente à diferença líquida entra a provisão indenização dos lucros cessantes do sinistro do gerador de 2020 e à provisão do sinistro do transformador (Nota 7) e a baixa do bem sinistrado.

**23 Resultado financeiro líquido**

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Despesas financeiras	-	-
Juros sí empréstimos	(4.614)	(4.728)
Uplift/Fees sí empréstimos	(175)	(92)
Despesa financeira sobre arrendamentos	(202)	(2)
Outras despesas	(18)	(13)
	<b>(5.008)</b>	<b>(4.835)</b>

**Receitas financeiras**

Rendimento de aplicações financeiras	1.418	886
Rendimentos judiciais	83	11
Outras receitas financeiras	7	109
	<b>1.508</b>	<b>1.006</b>

**Resultado financeiro**

<b>24 Imposto de renda e contribuição social do período</b>	<b>(3.500)</b>	<b>(3.861)</b>
---	----------------	----------------

A Companhia apura o imposto de renda e contribuição social pelo regime de lucro presumido, sendo assim o lucro tributável corresponde a 8% e 12% sobre seu recebimento trimestral. (Nota 29.9)

	<b>2022</b>	<b>2021</b>		
	<b>IRPJ</b>	<b>CSLL</b>	<b>IRPJ</b>	<b>CSLL</b>
Receitas recebíveis (sistema caixa)	54.389	54.389	68.375	68.375
Alíquota aplicada sobre a receita	8%	12%	8%	12%
	4.351	6.527	5.470	8.205
Receitas financeiras	1.508	1.508	1.006	1.006
Demais Receitas	55	55	352	352
<b>Base de cálculo</b>	<b>5.914</b>	<b>8.090</b>	<b>6.828</b>	<b>9.563</b>
Alíquotas utilizadas	10% e 15%	9% e 10% e 15%	10% e 15%	9%
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>1.550</b>	<b>728</b>	<b>1.683</b>	<b>861</b>
Imposto diferido	190	182	(194)	(35)
<b>IRPJ/CSLL do período</b>	<b>1.740</b>	<b>910</b>	<b>1.489</b>	<b>826</b>

**25 Compromissos de venda de energia elétrica**  
A Companhia possui 24 contratos de fornecimento de energia em vigência com distribuidoras até o ano de 2035, no volume total de 58.695 MWh de energia elétrica por ano, ao preço corrigido pela variação do IPCA

Comprador	Quantidade/ano (MWh)
AMPLA	1.588
BANDEIRANTE	2.848
CEA	238
CEAL	747
CELG	270
CELPA	1.447
CELPE	1.542
CEMAR	1.512
CEMIG DISTRIB	3.102
CEPISA	817
ENERGISA NA	69
COELBA	4.620
COELCE	983
COSSERN	522
OPPL SANTA CRUZ	199
ELETROP PAULO	30.259
ENERGISA BO	85
ENERGISA MG	121
ENERGISA MS	1.556
ENERGISA PB	885
ENERGISA SE	540
ENERGISA TO	326
ESCELSA	1.078
LIGHT	3.340
<b>Total</b>	<b>58.695</b>

A Companhia possui 7 contratos de fornecimento de energia em vigência com distribuidoras até o ano de 2040, no volume total de 75.336 MWh de energia elétrica por ano, ao preço corrigido pela variação do IPCA

Comprador	Quantidade/ano (MWh)
CEA	20.199
CEAL	19.940
CEPISA	4.387
COELBA	7.976
COPEL DISTRIB	11.964
ELEKTRO	3.190
ESCELSA	7.680
<b>Total</b>	<b>75.336</b>

**Bens segurados Riscos cobertos Montante da cobertura**

Biomassa	Recomposição de Registros e Documentos	8.000
Máquinas	Danos Materiais, incluindo Quebra de Máquinas, Danos Elétricos, Alagamento/Inundação e Desmornamento Danos Materiais em Linhas de Transmissão/Bens do Segurado em Locais de Terceiros	67.923
	Roubo e Furto Qualificado de Bens/Despesas de Salvamento e Contenção de Sinistro/Erros e Omissões Pagamento de aluguel a terceiros/Remoção temporária Inclusões/ Exclúses de Bens/ Locais e Alteração de Valores	27.143
	Despesas de Agilização	8.000
Predio	Demolição e Aumento do Custo de Construção/Pequenas Obras de Engenharia para Ampliações, Reparos e Reformas Despesas Extraordinárias Desentulho/Despesas de Combate a Incêndio/Despesas de Descartaminação /Honorários de Peritos Impedimento de Acesso – limitado a 10 kms do local de risco Despesas de Agilização	13.000
		15.000
		15.000
		8.000
		15.000

**26 Seguros**  
Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía cobertura de seguro de riscos operacionais contra incêndio, raios e explosões de qualquer natureza para determinadas edificações, equipamentos instalações, máquinas e estoque de bagaço de cana em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir lucros cessantes e eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. Não faz parte do escopo dos trabalhos dos nossos auditores independentes avaliar a suficiência dessas apólices de seguros. A Companhia não está prevendo ter quaisquer dificuldades para renovar suas apólices de seguro e acredita que a cobertura seja razoável em termos de valor e compatível com os padrões do setor no Brasil.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentava apólice de seguro contratada com terceiros para o grupo Albioma, sendo o limite máximo de indenização único, compartilhado por todos os locais de risco:

**27 Benefícios a empregados**  
A Companhia fornece aos seus colaboradores benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, assistência odontológica e o fornecimento de transporte. A Companhia inclui em suas políticas de recursos humanos, o Plano de Participação nos Resultados (PPR), sendo elegíveis todos os colaboradores com vínculo empregatício formal. As metas e critérios de definição e distribuição da verba de premiação são acordados entre as partes, incluindo os sindicatos que representam os colaboradores, com objetivos de ganhos de produtividade, de competitividade e de motivação e engajamento dos participantes. Não há outros planos de benefícios em vigor.

**Remuneração de pessoal-chave da administração**  
Os montantes referentes à remuneração do pessoal-chave da administração durante o exercício foram pagos por outra empresa do grupo.

**Seção D - Políticas contábeis**  
**28 Resumo das principais políticas contábeis**  
As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

**29.1. Moeda funcional e moeda de apresentação**  
Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação das demonstrações financeiras.

**29.2. Caixa e equivalentes de caixa**  
As demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia.

**29.3. Instrumentos financeiros**  
**a) Classificação**  
A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos na categoria de empréstimos e recebíveis e os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Os ativos e passivos financeiros são apresentados no circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento acima de 12 meses da data do balanço.

**b) Reconhecimento e não reconhecimento**  
Os empréstimos e recebíveis são reconhecidos na data em que foram originados, inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação. A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia não reconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**29.4. Receitas financeiras e despesas financeiras**  
As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- juros sobre aplicações financeiras;
- tarifas bancárias;
- descontos obtidos; e
- despesas com juros sobre empréstimos.

As receitas e as despesas financeiras são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

**29.5. Contas a receber**  
As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de energia elétrica no decurso normal das atividades da Companhia. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD ou impairment). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para impairment, se necessária.

**29.6. Estoques**  
Os estoques são compostos basicamente por peças para reposição e manutenção dos equipamentos da Companhia e são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido

**29.7. Receita operacional**  
A receita operacional da venda de energia elétrica no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades e baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda.

As receitas auferidas são decorrentes de venda de energia elétrica, no qual seu reconhecimento no resultado é feito através das medições da quantidade entregue no final de cada mês.

**29.8. Benefícios a empregados**  
Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

**29.9. Receitas financeiras e despesas financeiras**  
As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- juros sobre aplicações financeiras;
- tarifas bancárias;
- descontos obtidos; e
- despesas com juros sobre empréstimos.

As receitas e as despesas financeiras são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

**29.10. Imposto de renda e contribuição social**  
O imposto de renda e a contribuição social são apurados de acordo com a legislação vigente do "lucro presumido". Com base nesse regime, o lucro tributável corresponde a 8% e 12% do faturamento, acrescido de outras receitas operacionais, para fins de impostos de renda e da contribuição social, respectivamente. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substitivamente decretada na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

**29.11. Imobilizado**  
**(i) Reconhecimento e mensuração**  
A Companhia considera como ativo imobilizado, somente os bens que estão em seu poder e podem ser a quaisquer momentos negociados sem prévia autorização do poder concedente da concessão em que opera, acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment), quando necessário.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

**(ii) Custos subsequentes**  
Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

**(iii) Custos de manutenção**

A Companhia realiza anualmente manutenções em suas unidades industriais, aproximadamente no período de dezembro a março. Os principais custos de manutenção incluem custos de mão de obra, materiais, serviços externos e despesas gerais indiretas alocadas durante o período de entressafra. Tais custos são contabilizados no resultado do exercício em que ocorre a manutenção.

**(iv) Depreciação**  
A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado e no custo de produção. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado, com exceção das máquinas, equipamentos e instalações ligados ao consórcio que se limitam a depreciação até o seu encerramento em 2031, são as seguintes, conforme estudo de vida útil realizado no início de 2022:

Descrição	Anos
Máquinas, equipamentos	20
Edificações	20
Móveis e equipamentos de comunicação	14
Computadores e periféricos	6
Instalações	20

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado, prospectivamente.

**29.8. Capital social**  
Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

**29.9. Redução ao valor recuperável (impairment)**  
**(i) Ativos financeiros não-derivativos**  
Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições não consideradas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; ou
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento.

**(ii) Ativos não financeiros**  
Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques, são revisados a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs (Unidades Geradoras de Caixa).

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado e revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão para redução ao valor de recuperação em 31 de dezembro de 2022.

<b>Christiano Forman Villaça</b>	<b>Paulo Picollo - Contador</b>
Diretor Presidente	CRC: 1SP166776/0-